

A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DO SERTÃO CENTRAL CEARENSE

José Ivan Oliveira Abreu¹
Thaidys da Conceição Lima do Monte²
Itamárcia Oliveira de Melo³
Mateus Lemos Barroso⁴

RESUMO

A pesquisa realizada sobre Educação Física Inclusiva onde se entende que todos participam das mesmas atividades propostas, teve como objetivo principal analisar esse contexto da inclusão para pessoas com deficiência na perspectiva dos professores de Educação Física atuantes em uma das escolas da rede municipal na zona urbana de Canindé no Ceará. Como pré-requisito para escolha da instituição de ensino pesquisada nos utilizamos do critério da que tivesse o maior número de alunos com deficiência matriculados. A metodologia abordada compreendeu um estudo de natureza qualitativa e descritiva, pautada em um estudo de campo, cujo método utilizado foi um estudo de caso. Teve como sujeitos da pesquisa um representante da Secretaria Municipal de Educação e professores de Educação Física com formação específica na área. Como instrumento para a coleta de dados foi usado um questionário do tipo semiestruturado. Obtivemos como resultado da análise do questionário, que, em sua maioria os docentes concordam que as pessoas com deficiência estejam nos sistema regular de ensino, mas que não se sentem preparados para ensinar alunos com deficiência por conta da carência de investimentos por parte das autoridades dos órgãos públicos responsáveis pelo sistema de ensino em relação às questões ligadas a infraestrutura das escolas públicas da rede municipal e da falta de formação adequada e continuada aos professores de Educação Física para que estes possam atuar com mais propriedade e conhecimento de causa.

Palavras chaves: Educação Física. Inclusão. Escola.

INTRODUÇÃO

Dados do último censo demonstram que cerca 45,6 milhões de brasileiros, ou seja, 23,9% da população brasileira têm algum tipo de deficiência, sendo 2,39% crianças e adolescentes de 0 a 14 anos, público da Educação Básica das redes públicas e privadas de ensino

¹ Graduando do curso de Licenciatura em Educação Física do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE, ivannolliveira@gmail.com.

² Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Ceará – UECE, thaidyslima@hotmail.com ;

³ Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Ceará – UECE, itamarciaom@gmail.com;

⁴ Mestre em Ciências Médicas pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR, mateuslemosb@gmail.com

no Brasil (OLIVEIRA, 2012). No estado do Ceará, o número é de mais de 2 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, valor que representa mais de 27,69% da população do estado (IBGE, 2010). Em Canindé-CE, município alvo de nossa pesquisa, localizado no sertão central à 120 km da capital do estado, tem população estimada de 74.486 habitantes e deste total nos chama atenção que 19.671 têm pelo menos um tipo de deficiência, valor que representa 14,65% de toda a população da cidade (IBGE, 2010).

A Declaração de Salamanca (1994) consagra o direito a uma educação para todos, onde todos os alunos usufruam de igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolar. Sabendo que para os alunos com deficiência conseguir de fato fazer parte desse todo da educação nacional é necessário também o empenho e dedicação dos pais e professores, governo e sociedade trabalhando juntos para que se alcance os resultados que se espera com essa perspectiva da educação inclusiva.

Segundo o Ministério da Educação (2018), todas as crianças, jovens e adultos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação devem ter assegurado o seu direito de aprender no ensino regular, na série correspondente à sua faixa etária. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – (LDBEN) nº 9.394 de 1996, em seu artigo 59, inciso III, também faz referência a inclusão de pessoas com deficiência na escola.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

Para Alonso (2013), a Educação Inclusiva compreende a Educação especial dentro da escola regular e transforma a escola em um espaço para todos e como um ambiente social precisa atender todas as pessoas sem distinção como está na constituição de 1988, em seus artigos 5º, que diz: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]. E ainda no artigo 205º, que destaca: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade[...].

Com o entendimento sobre a Educação Inclusiva, a mesma significa educar todas as crianças em um mesmo contexto escolar, há nesse sentido uma visão clara de que todos são iguais e que por isso devem conviver no mesmo espaço educacional sem haver diferenciação que possa caracterizar exclusão ao mesmo instante em que não se nega as limitações, características e particularidades de cada estudante. Nesse sentido o principal desafio é por em prática uma pedagogia ativa que contribua para a inclusão desse público na sociedade, no

espaço escolar cujo processo de ensino aprendizagem esteja direcionado a todos sem distinção. (SALAMANCA, 1994, p.6).

A Educação Física como componente curricular obrigatório da educação básica deve também contribuir para a inclusão de pessoas com deficiência, onde todos devem participar juntos das mesmas atividades propostas. Para isso, cabe ao professor planejar as aulas de acordo com as especificidades e características dos estudantes de cada turma.

Segundo os PCN's "Independentemente de qual seja o conteúdo escolhido, os processos de ensino e aprendizagem devem considerar as características dos alunos em todas as suas dimensões (cognitiva, corporal, afetiva, ética, estética, de relação interpessoal e inserção social)". (BRASIL, 1997, p. 24).

Sob esta ótica, a Educação Física inclusiva tem como objetivo o desenvolvimento afetivo, cognitivo e psicomotor não só dos estudantes com deficiência, mas de todos os estudantes, onde este convívio, sem segregação, é um fator fundamental para que esse objetivo seja atingido. (MENDES, 2018).

O professor de Educação Física deverá então se utilizar das adaptações no intuito de fazer com que os alunos com deficiência sejam incluídos nas atividades propostas a todos da turma, observando as características e particularidades de cada um e nunca segregando estes estudantes da oportunidade de experimentar a cultura corporal do movimento, sem estar isolado ou separado dos alunos com deficiências de seus colegas.

Esta pesquisa demonstra-se relevante por buscar refletir sobre a inclusão, temática tão abordada na literatura, mas que muitas vezes devido a não efetivação do que estão descritos na legislação, artigos e estudos sobre o assunto, se torna forte alvo de debate, onde por muitas vezes não se concretiza de fato. A Educação Física em seu percurso histórico trilhou um caminho de busca pelo rendimento, exclusão dos menos habilidosos e considerados inaptos para a prática de exercícios físicos durante muitos anos, onde as pessoas com deficiência eram um dos principais alvos desta exclusão nas aulas.

A partir deste prisma, atualmente se tem uma visão totalmente inversa desta, buscando a inclusão de todos independente de ter ou não deficiência. Por isto, buscar estudar a inclusão de pessoas com deficiência dentro das aulas de Educação Física se mostra de grande importância para toda a sociedade.

O objetivo deste estudo é analisar o contexto atual da inclusão para pessoas com deficiência na perspectiva dos professores de Educação Física atuantes em uma da escola da rede municipal de Canindé/CE.

METODOLOGIA

A pesquisa realizada teve uma abordagem qualitativa e descritiva pautada em um estudo de campo, cujo método utilizado foi um estudo de caso. A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. [...] O objeto não é um dado inerte e neutro, está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações. (CHIZZOTTI, 2001, p.79).

O método descritivo busca descrever e analisar dados ordenados em tabelas ou em quadros sem que haja a manipulação ou interferência do pesquisador, todas as informações coletadas através de um questionário semiestruturado como é caso dessa pesquisa que caracteriza-se como descritiva segundo (PRODANOV e FREITAS, 2013).

Tal pesquisa observa, registra, analisa e ordena dados, sem manipulá-los, isto é, sem interferência do pesquisador. [...]. Assim, para coletar tais dados, utiliza-se de técnicas específicas, dentre as quais se destacam a entrevista, o formulário, o questionário, o teste e a observação (p.22).

Essa pesquisa se configura como sendo uma pesquisa de campo, segundo Gonçalves (2001, p.67) esse tipo de pesquisa busca informações diretamente no lócus do evento ou no espaço onde se pretende fazer a coleta de informações ou de dados a serem registrados e documentados. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto com o objeto de pesquisa.

Um estudo de caso vai apresentar três fases em seu desenvolvimento. Ele caracteriza-se da seguinte forma: inicialmente, há a fase exploratória; num segundo momento, há a delimitação do estudo e a coleta de dados; e, num terceiro estágio, há a análise sistemática desses dados, culminando na realização do relatório (NISBET E WATT, apud LÜDKE E ANDRÉ, 1986)

O lócus da pesquisa foi em uma escola pública da rede municipal de ensino fundamental I localizada na zona urbana da cidade que têm o maior número de PCD matriculados no sistema de ensino regular e Secretaria Municipal de Educação.

Para a definição da escola que se constituiu como alvo do estudo de caso foi realizado um diagnóstico prévio com um representante da Secretaria Municipal de Educação responsável pelo o acompanhamento da educação inclusiva na cidade com intuito de identificar a escola com o maior número de alunos com deficiência matriculados no ensino regular.

Os sujeitos que compuseram essa pesquisa foram um representante da Secretaria Municipal de Educação e três Professores de Educação Física com formação específica na área que estejam atuando no ensino fundamental I da escola alvo.

Em relação aos sujeitos: Representante da Secretaria de Educação, efetivo, que acompanha a política de inclusão de PCD no sistema de ensino regular nas escolas públicas do município e professores com formação específica em Educação Física que estejam atuando na escola escolhida como alvo e que tenham assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

Primeiro fomos até a Secretaria Municipal de Educação (SME) e identificamos o representante da mesma para entregar a carta de apresentação e autorização da pesquisa, posteriormente aplicamos o questionário para a coleta de dados e informações pertinentes ao estudo. Depois fomos de encontro com a direção da escola alvo onde foi entregue também uma carta de apresentação, para autorização da pesquisa, posteriormente entramos em contato com os professores da escola para aplicação do questionário de forma individual, o professor teve o tempo necessário para responder o questionário, após o preenchimento do questionário ele foi recolhido para que pudéssemos realizar a análise dos mesmos.

Para a coleta de dados foi utilizado um questionário do tipo semiestruturado destinado ao representante da Secretaria Municipal de Educação com doze (12) perguntas, sendo (6) seis objetivas e seis (6) abertas para levantamento de dados e informações pertinentes a pesquisa. Outro questionário utilizado, composto por sete (7) questões objetivas e sete (7) abertas, totalizando 14 questões, foi destinado aos professores com formação específica em Educação Física, atuantes na escola alvo.

Todos os dados foram analisados de acordo com as respostas dos sujeitos investigados tendo como base o questionário aplicado, logo depois todos os dados e informações coletadas foram organizados em documento Word para apresentação dos resultados.

Os aspectos éticos serão respeitados de acordo com a resolução 506/2016 do Conselho Nacional de Saúde - CNS que estabelece e orienta a realização de pesquisas envolvendo seres humanos, além da assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido - TCLE – (APÊNDICE II) contendo informações sobre os procedimentos que foram adotados na pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise realizada a partir do questionário respondido pelo representante da Secretaria Municipal de Educação teve como objetivo diagnosticar a atuação dessa secretaria junto aos professores de Educação Física no contexto da inclusão de pessoas com deficiência. Os resultados nos mostraram, como podemos observar no quadro 1, que existem 11 escolas públicas municipais de ensino fundamental anos iniciais e finais na zona urbana e 52 escolas na zona rural, totalizando 63 escolas em toda a cidade. Destas, se destaca uma das escolas da zona urbana que têm 1.030 (mil e trinta) alunos matriculados nos sistema de ensino regular.

Quadro 1 – Quantidade de escolas no município de Canindé e de alunos matriculados na escola alvo.

Escolas públicas no município.	Nº
Zona urbana	11
Zona rural	52
Total	63
Alunos na escola alvo.	Nº
Zona urbana	1.030

Fonte: (O próprio autor, 2019).

Em relação ao número de alunos com deficiência regularmente matriculados, podemos verificar que atualmente existem 179 na zona urbana e 151 na zona rural, totalizando 330 pessoas com deficiência no município de Canindé em situação de matriculados nas escolas públicas de ensino regular. Sendo que 33 destes estão em uma única escola, situada na sede da cidade, inclusive é a mesma que tem o maior número de alunos matriculados (quadro 1). Esse foi o critério utilizado para escolher a escola para o estudo de caso que batizamos de escola alvo.

Quadro 2 – PCD matriculadas no sistema de ensino regular no município de Canindé e na escola alvo.

Matriculas de PCD no município.	Nº
Zona urbana	179
Zona rural	151
Total	330
PCD matriculados na escola alvo.	Nº
Zona urbana	33

Fonte: (O próprio autor, 2019).

Em relação aos professores de Educação Física revela-se no quadro 3, que a quantidade destes profissionais no município são de 12 na zona urbana e 9 na zona rural, o que totaliza 21 docentes em toda a cidade, deste número, 3 são participantes do nosso estudo em questão.

Nesse intuito é que seguimos com a análise das informações com base nas respostas do representante da Secretaria Municipal de Educação (SME) em relação à formação e estrutura para os professores de Educação Física melhor desenvolverem o seu papel correlação à Educação Física Inclusiva. As perguntas e respostas do questionário que se segue são identificadas de P1 até P6.

Quadro 3 – Quantidades de Professores de Educação Física no município de Canindé e na escola alvo.

Professores de Educação Física nas escolas públicas do município.	Nº
Zona urbana	12
Zona rural	09
Total	21
Professores de Educação Física na escola alvo.	Nº
Zona urbana	03

Fonte: (O próprio autor, 2019).

Nesse intuito é que seguimos com a análise das informações com base nas respostas do representante da Secretaria Municipal de Educação (SME) em relação à formação e estrutura para os professores de Educação Física melhor desenvolverem o seu papel correlação à Educação Física Inclusiva. As perguntas e respostas do questionário que se segue são identificadas de P1 até P6.

Dos três docentes da Educação Física que participaram da pesquisa como podemos constatar na tabela 1, um é do sexo masculino e têm 35 anos de idade e duas do sexo feminino, uma têm 33 anos e a outra têm 34 anos de idade respectivamente. Estes foram os professores que na escola alvo lançaram o seu olhar sobre as questões que ligam a Educação Física Inclusiva de PCD.

Tabela 1 – Características de sexo e idade dos três professores de Educação Física.

Características	PEF1	PEF2	PEF3
Sexo	Masculino	Feminino	Feminino
Idade	35	34	33

Fonte: (O próprio autor, 2019).

Como vemos no quadro 5, o PEF1 e PEF2 se formaram em uma faculdade privada e o PEF3 numa pública, em meio a origem e formação acadêmica constatamos que os três professores têm especialização, quanto ao tempo em que eles atuam os mesmos apontaram que há mais de 10 anos, o que pode nos dá uma menção de que estes já são experientes na profissão.

Quadro 5 – Professores de Educação Física: Origem da formação acadêmica e tempo de atuação.

Características	PEF1	PEF2	PEF3
Origem	Privada	Privada	Pública
Formação acadêmica	Especialização	Especialização	Especialização
Tempo de atuação	Mais de 10 anos	Mais de 10 anos	Mais de 10 anos

Fonte: (O próprio autor, 2019).

Partindo agora para os conhecimentos que estes profissionais possuem sobre Educação Física Inclusiva e Educação Física Adaptada no quadro 6, o PEF1 e PEF2 informaram que tem sim conhecimento, já o PEF3 aponta que não. No questionário sobre fontes de obtenção desses conhecimentos, no quadro 7, como resposta o PEF1 declara que pôde adquirir esses conhecimentos em outras áreas que não é da formação específica, já o PEF2 apontou que obteve esses conhecimentos na graduação e além dos outros meios os obteve também a especialização. O PEF3 respondeu que tem conhecimento apenas da Educação Inclusiva e os obteve na especialização como mostra no quadro abaixo, ou seja, nada muito específico da área em que atuam.

No que diz respeito à formação dos professores para a educação inclusiva, Goffredo (2004) afirma que esse professor precisa buscar respostas educativas que favoreçam o sucesso escolar de seus alunos, baseando a educação nos interesses dos mesmos, bem como nas suas “possibilidades e necessidades básicas de aprendizagem e, sobretudo, na construção de sua autonomia” (p.22).

É nesse sentido que se pensa numa formação onde os professores tenham autonomia de se reinventar e de se reelaborar com a prática do dia a dia no trabalho que desenvolve na escola como afirma Libâneo & Pimenta (2006):

Por um lado, a formação inicial estaria estreitamente vinculada aos contextos de trabalho, possibilitando pensar as disciplinas com base no que pede a prática; e por outro, a formação continuada, a par de ser feita na escola a partir dos saberes e experiências dos professores adquiridos na situação de trabalho, articula-se com a formação inicial, indo os professores à universidade para uma reflexão mais apurada sobre a prática (p.268).

A formação inicial e continuada é importante no construto do profissional que esta em constante ascensão e aperfeiçoamento, mas é preciso ser, além de um cientista e pesquisador, ser reflexivo de suas práticas e correlacioná-las com a epistemologia numa busca real e permanente de uma identidade como destaca Nóvoa (1995):

A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e

de (re) construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir a pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência [...]. Práticas de formação que tomem como referência as dimensões coletivas contribuem para a emancipação profissional e para a consolidação de uma profissão que é autônoma na produção dos seus saberes e dos seus valores (p.25).

Nesse sentido é importante saber que tipos de princípios podem nortear o professor que está em constante busca pelo o aprender e, agora vivendo a realidade da educação inclusiva, Goffredo (2004) apresenta-nos as metas do trabalho docente frente aprendizagem das crianças considerando e respeitando as diferenças.

(...) uma das principais metas do trabalho docente é atender às especificidades de aprendizagem de cada criança, incentivando-a a aprender e desenvolver seu potencial a partir de sua realidade pessoal. O professor deve ter como compromisso a promoção da aprendizagem e do desenvolvimento de todos os alunos, considerando e respeitando as diferenças decorrentes de questões sócio-culturais, étnicas, lingüísticas e, também, de problemas de ordem física, sensorial ou intelectual (GOFFREDO, 2004, p. 21).

O que nos leva por tanto a destacar nesse sentido que é imprescindível o esforço do profissional da educação em buscar fazer as suas leituras e cursos na busca de mais conhecimentos que o ajude no desempenho de suas atividades como professor no dia a dia na escola, porém o poder público precisa assumir a responsabilidade e o compromisso em ofertar capacitação na área específica da educação inclusiva, no sentido de possibilitar a estes docentes mais condições de desenvolver a sua missão de ensinar dentro da realidade inclusiva, como estabeleci a convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência (2007).

Art.24. Item 4.

A fim de contribuir para o exercício desse direito, os Estados Partes tomarão medidas apropriadas [...] para capacitar profissionais e equipes atuantes em todos os níveis de ensino. Essa capacitação incorporará a conscientização da deficiência e a utilização de modos, meios e formatos apropriados de comunicação aumentativa e alternativa, e técnicas e materiais pedagógicos, como apoios para pessoas com deficiência (p.29).

De acordo com Zoboli e Barreto (2006), os novos currículos dos cursos de graduação em Educação Física já estão se preocupando com a formação desses profissionais para o atendimento de alunos com deficiência, através da inserção da disciplina intitulada Educação Física Adaptada, que se apresenta dentro do contexto da educação Física Inclusiva, o que não parece ser suficiente, principalmente para alguns dos professores que já atuam a mais de 10 anos no ensino e que não tiveram essa mesma oportunidade que se tem hoje em formações mais recentes e, que por isso precisam de suporte e apoio dos governos e autoridades que constituem os sistemas de ensino no sentido de uma formação continuada e que seja ofertada principalmente na cidade em que atua como docente.

Após a caracterização da formação dos professores de Educação Física atuantes na escola alvo de ensino fundamental I, fomos verificar a compreensão desses sobre a inclusão de pessoas com deficiência na escola em que atuam e em suas aulas. Buscamos identificar também os principais desafios para os docentes da Educação Física dentro da realidade da educação inclusiva. Assim atingindo o nosso terceiro e quarto objetivo da pesquisa sobre o contexto atual da inclusão de pessoas com deficiência em uma escola da rede municipal na zona urbana de Canindé no Ceará.

Quadro 6 – Conhecimento sobre Educação inclusiva, Educação especial na perspectiva da inclusão, Educação Física Inclusiva e Educação Física Adaptada.

Conhecimento	SIM	NÃO
Educação inclusiva	PEF1, PEF2 e PEF3	-
Educação especial na perspectiva da inclusão	PEF1 e PEF2	PEF3
Educação Física Inclusiva	PEF1 e PEF2	PEF3
Educação Física Adaptada	PEF1 e PEF2	PEF3

Fonte: (O próprio autor, 2019).

Apreendemos com a análise do quadro 6, que os professores investigados 1 e 2 afirmam possuir conhecimento sobre a Educação inclusiva, Educação especial na perspectiva da inclusão, Educação Física Inclusiva e Educação Física Adaptada. Mas o professor 3, declara que possui conhecimento apenas em relação a Educação Inclusiva, desconhecendo as demais áreas, o que de certa forma nos causa uma preocupação, visto que o mesmo trabalha em uma escola que atende pessoas com deficiência, e que essas áreas não são as mesmas, nem possuem objetivos iguais.

Quadro 7 - Fontes de obtenção desses conhecimentos.

Fonte	SUJEITO
Graduação	PEF2
Especialização	PEF2 e PEF3
Curso de extensão	-
Palestras	PEF1 e PEF2
Leituras independentes	PEF1 e PEF2
Meios de comunicação	PEF1 e PEF2
Mestrado	-
Doutorado	-

Fonte: (O próprio autor, 2019).

Quadro 8 – Questionário aplicado aos professores de Educação Física.

Concorda que PCD estejam no sistema regular de ensino e participando das aulas de educação física?

PEF1	Sim. [...] é um direito [...] assim a pessoa com deficiência tem uma interação maior com a sociedade de modo geral.
PEF2	Sim; a educação física desenvolve habilidades valiosas para a sociedade.
PEF3	Sim, pois ela tem melhor desenvolvimento.
O que você entende por inclusão de PCD no sistema regular de ensino?	
PEF1	[...] É a criança / adolescente está desfrutando de um espaço que ela também tem direito como cidadão e ser humano. Inclusão neste caso é não ter indiferença no tratamento [...].
PEF2	Eu entendo que inclusão é não tolerar nenhum tipo de discriminação [...].
PEF3	Respeito e sempre ajudando da melhor forma.
Se sente preparado para ensinar PCD?	
PEF1	Não. Apesar de ter todo um entusiasmo pela área de esportes para pessoas com deficiência [...] me sinto inseguro de atuar com pessoas com deficiência, pois não me sinto com uma formação adequada para tal.
PEF2	Não; no meu ver existe um trabalho além da inclusão, que é entender a deficiência [...].
PEF3	Faço o que posso como pessoa e com pouco que aprendi, mas deveria ter profissionais e cursos para as pessoas se especializar na área [...].
Qual é o maior desafio (ou quais são os maiores desafios) em desenvolver uma educação física para todos na perspectiva da inclusão de pessoa com deficiência?	
PEF1	[...] estrutura física dos prédios [...] não tem olhar comprometido por parte das autoridades públicas em relação a essa demanda [...] falta de cursos de qualificação na área [...] só tem cursos nessa área na capital (Fortaleza) ou a distância.
PEF2	Faltam condições estruturais, formações adequadas.
PEF3	Não vou dizer que é fácil, mas é possível, quando se conhece a criança e suas deficiências podemos incluir ela sim nas atividades.
Como acontece às aulas de educação física dentro de um contexto de inclusão para as PCD?	
PEF1	Infelizmente, ainda não acontece da maneira que desejamos pois enfrentamos alguns obstáculos já mencionados [...].
PEF2	Planejamos as aulas de educação física de forma a incluir o integrante adequadamente, visando a segurança do mesmo.
PEF3	A aula é normal planejada [...] realizada a atividade sem exclusão. [...].

Fonte: (O próprio autor, 2019).

No questionário a primeira questão colocada para os profissionais atuantes na escola alvo como professores de Educação Física foi se eles concordam que PCD estejam nos sistema regular de ensino e todos concordaram que sim, destacando que é um direito e que essa oportunidade pode ajudar no desenvolvimento e nas suas habilidades. O que vai de encontro com o que diz a Lei de Inclusão nº 13.146, de 6 de julho de 2015, em seu capítulo IV do que trata o direito à educação:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Sobre o que eles entendem de PCD no sistema regular de ensino eles colocaram que: é não ter indiferença no tratamento, não tolerar nenhum tipo de discriminação e sempre ajudar da melhor forma. Carregar esse discurso parece ser algo muito comum na comunidade escolar por conta das cobranças que se tem por parte das autoridades, pais e sociedade. De acordo com Cavalcante (2005), na escola inclusiva, os alunos aprendem a conviver com as diferenças e se tornam pessoas cooperativas, compreensivas, e para que isso aconteça o papel do professor frente a isso será essencial para o processo de inclusão, do indivíduo no ambiente escolar e sociedade.

Quando os professores responderam sobre a questão se sentem preparados para ensinar PCD, dois deles foram enfáticos em dizer que não, sob a justificativa de que não se sentem com uma formação adequada para tal e que não conhece as deficiências e que é preciso de mais cursos para os profissionais se especializarem na área. Um contra ponto mediante ao que foi colocado pela o representante da secretaria de educação onde afirmou que “a SME investe na formação de professores com a perspectiva inclusiva principalmente no que se concerne ao acesso ao sistema público”.

Segundo Esteve (1991) é preciso analisar e compreender as atitudes dos professores, que dependem da formação inicial que receberam e da preparação para enfrentar os desafios reais de ensino. A bagagem adquirida no ensino superior é fundamental para atuação enquanto docente. Entende-se também que é preciso de ações e tomadas de atitudes que possam fazer a diferença na atuação daqueles que vivem essa realidade de incluir pessoas que levam consigo particularidades ainda não entendidas por aqueles que estão no seu dia a dia como seus professores.

O professor precisa se atualizar e buscar novos conhecimentos para saber como incluir PCD em suas aulas, bem como obter informação científicas para integrar-se na perspectiva da educação inclusiva como um movimento contínuo de se adquirir novos saberes. Como afirma Silva (2008), o professor está constantemente sendo moldado, de acordo com as novas vivências e experiências, pois a partir do momento que o licenciando abraça a profissão de ser professor, ele se coloca em constante movimento, se “reciclando”, indo à busca de novos conhecimentos.

Já em relação aos desafios o que mais aparece em seus escritos é realmente a questão da estrutura física dos prédios e a falta de compromisso por parte das autoridades públicas em relação à demanda de PCD no sistema de ensino atual, apontam ainda a falta de cursos de qualificação na cidade, destacando que só tem cursos na área em Fortaleza capital do Ceará ou à distância o que soou como uma crítica a falta de oferta dessas formações na cidade de Canindé. Reconhecem por tanto que não tem formação suficiente nem ambiente apropriado para que a inclusão de PCD de fato ocorra no município. Para Sasaki (1997, p.47), “o problema das pessoas com deficiência muitas vezes, não está nela e sim nos problemas que a sociedade cria, causando incapacidade no seu desempenho”.

No que se refere a questão de como acontece às aulas de educação física dentro de um contexto de inclusão para as PCD na escola onde atuam e em suas aulas de Educação Física. O que eles colocaram foi que infelizmente, ainda não acontece da maneira que desejam, pois enfrentam alguns obstáculos como já colocados anteriormente, disseram planejar as aulas de forma a incluir o integrante adequadamente, visando à segurança dos mesmos, que a aula é normal planejada e realizada as atividades sem exclusão.

Segundo a Conferência de Jomtiem (1990), o ideal para uma educação voltada para a universalização e qualidade do ensino, traz implicações importantes para uma abordagem hoje conhecida como educação inclusiva, uma educação que seria ideal para a inclusão de todos os alunos no mesmo ambiente escolar. Sendo a escola um ambiente de conhecimento e acesso a universalidade de intervenção social, podendo assim o professor ser o mediado e transmissor de conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se nota na prática um trabalho consistente que dê suporte formação continuada e estrutura para que os professores de Educação Física da rede municipal investigados possam trabalhar a inclusão de PCD na escola. No tocante à formação dos professores de Educação Física que atuam com as PCD na escola alvo, percebeu-se que a formação inicial muitas vezes não contempla conteúdos e temas relacionados às questões da inclusão de pessoas com deficiência, o que ocasiona medo e insegurança desses profissionais, deixando-os vulneráveis e inseguros na hora de trabalhar com os alunos matriculados na escola regular que tenham algum tipo de deficiência.

No que se refere a verificação da compreensão dos professores sobre a inclusão de pessoas com deficiência na escola e em suas aulas, foi exposto que por não terem uma formação

especifica que os qualifica ao entendimento das deficiências de seus alunos procuram agir da melhor maneira que podem para não dispensar esses alunos de suas aulas. Este fato nos desperta atenção, pois desta forma não se concretiza de fato a inclusão das PCD, mas a integração destes.

Em relação aos principais desafios para os docentes dentro da realidade da educação inclusiva, citaram as questões estruturais e a falta de compromisso por parte das autoridades públicas em relação à demanda de PCD no sistema de ensino regular, destacaram ainda a falta de cursos de cursos para à formação continuada na região.

A partir da presente pesquisa pôde-se então perceber que o contexto atual da inclusão para as pessoas com deficiência em uma das escolas da rede municipal na zona urbana de Canindé no Ceará, configura-se pela carência de investimentos e da falta de políticas públicas mais eficazes por parte das autoridades dos órgãos públicos responsáveis pelo o sistema de ensino em relação às questões ligadas a infraestrutura das escolas da rede municipal e da falta de formação adequada e continuada aos professores de Educação Física para que estes possam atuar com mais propriedade e conhecimento de causa.

Nesse sentido aponta-se para a existência da necessidade por parte dos professores, equipe pedagógica e gestão escolar, junto à gestão de governo municipal, maior dedicação e compromisso em relação à inclusão de pessoas com deficiência no sistema de ensino regular. Esse estudo abre caminhos para a realização de outras pesquisas, gerando novas possibilidades da Educação Física Inclusiva para as PCD, no sentido de que esse trabalho não se encerrou aqui, mas que se propõe continuar à discussão sobre essa temática para aqueles que estudam e militam nessa área do ensino no município de Canindé/CE.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Daniela. **Os desafios da Educação inclusiva: foco nas redes de apoio**, 2013. [novaescola.org.br.]. disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/554/os-desafios-da-educacao-inclusiva-foco-nas-redes-de-apoio>>. Acesso em: 23 de julho de 2018.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (Ed.). **Resultados Gerais da Amostra - Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9749&t=sobre>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

BRASIL. **Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, 2007. Secretaria de Direitos Humanos; Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. - 4. ed., rev. e atual. – Brasília: 2011.

BRASIL. LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000. [internet] Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lei10098.pdf>>. Acessado em: 29 de junho de 2018.

BRASIL. LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. **Instituí a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Brasília, DF, julho 2015.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Educação física**. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

CAVALCANTE, M. A escola que é de todas as crianças. 2005. **Revista Nova Escola**. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/inclusao/educacaoespecial/escolatodascrianca-s-424474.shtml>> Acesso em: 02/03/2019.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

DECLARAÇÃO Mundial Sobre Educação Para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. In: **Conferência Mundial Sobre Educação Para Todos**. Jointem, Tailândia, 1990.

ESTEVE, José M. Mudanças sociais e função docente. In: NÓVOA, Antonio (org.). **Profissão professor**. Porto: Porto, 1991. Cap.4, p.94-124.

GONÇALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

GOFFREDO, V. L. F. S. de, Como formar professores para uma educação inclusiva? **Benjamin Constant**; Formação de professores; n. 27, p. 20-24; Rio de Janeiro, ano 10, abril, 2004.

LDB: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LIBÂNEO, José Carlos; PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de profissionais da educação: Visão crítica e perspectiva de mudança**. outubro de 2006.

MENDES, L. H.. **Você sabe o que é educação física inclusiva?**, 2014. Disponível em: <<http://diversa.org.br/educacao-fisica-inclusiva/>>. Acessado em: 24 julho de 2018.

NÓVOA, A. **Formação de professores e profissão docente**. In: NÓVOA, A.(Coord.). Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

OLIVEIRA, L. M. B. **Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência**. Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. D. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2ª. ed. Novo Hamburgo: Universidade Freevale, 2013.

SILVA, R. F; JÚNIOR, L.S.; ARAÚJO, P.F. **Educação física adaptada no Brasil:** da história à inclusão educacional. São Paulo: Phorte, 2008.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.** Brasília: CORDE, 1994.

ZOBOLI, F. BARRETO, S. J. A. Corporeidade como Fator de Inclusão de Pessoas em Condição de Deficiência. In: Rodrigues, David. **Atividade Motora Adaptada:** a alegria do corpo, 2006.